

## APRESENTANDO O LIVRO “MANDU LADINO”, DE ANFRÍSIO CASTELO BRANCO

Justiça seja feita: de Piauí, a família Castelo Branco entende muito bem. Seja como ativa participante, seja como simples espectadora dos acontecimentos. Aliás, muito mais participante que propriamente espectadora. E, por isso mesmo, ninguém quanto ela, ao longo de mais de três séculos de nossa história, teve oportunidade de marcar tão nítida presença, exibir tão privilegiada visão dos fatos e acumular tão rico acervo político e cultural. Tem muito que contar, portanto, sabido que essa simbiose remonta aos primeiros tempos de nossa colonização, como veremos.

E a história, sábia mestra da vida, registra fielmente a dureza daqueles lúgubres tempos. Como se recorda, na segunda metade do século XVII, fazendeiros do vale do rio São Francisco, em perseguição aos Gurguéias, iniciaram a conquista dos desconhecidos Sertões de Dentro do Piagohy. O móvel da conquista não era apenas dar combate àqueles índios bravios que fustigavam os seus vaqueiros, gados, fazendas e currais. Havia também ambiciosos objetivos econômicos, tais como preá-los para o trabalho escravo e povoar os vales úmidos das novas terras com mais gados e vaqueiros.

Mas essas terras tinham donos. E seus donos eram as várias nações nativas que as habitavam desde tempos imemoriais. O padre Miguel de Carvalho, na descrição que fez do sertão do Piauí, cuidou de listar, ainda em 1697, nada menos de 36 dessas nações, as quais, segundo afirma, “nos deram ou de presente dão guerra mais viva”. Acrescenta que outras havia “de que se não sabe o nome.”

Por não se resignarem a ceder suas terras aos curraleiros nem seus braços para o regime de trabalho escravo, no correr do tempo todas essas nações foram dizimadas, em processos que beiram a verdadeiro genocídio. O professor Paulo Nunes afirma que “não ficou sequer uma, pelo menos para efeito de curiosidade.” Não é sem razão que a Funai, não encontrando índios no Piauí, os vem importando do Maranhão. Com efeito, tribos que não foram passadas pelas armas, sujeitaram-se aos grilhões da escravidão. Outras se misturaram com o branco e o negro, perdendo sua identidade no cipoal da miscigenação; outras foram devoradas pelas doenças dos brancos nos aldeamentos forçados ou desterradas para os confins do Maranhão, Goiás e Pará. Seus algozes, contudo, tiveram que enfrentar tenaz resistência.

É rica a literatura a respeito. Além dos escritos pioneiros de Alencastre, Pereira da Costa e Odilon Nunes, temos Monsenhor Chaves, com *O Índio no Solo Piauiense*, Renato Castelo Branco, com *A Conquista dos Sertões de Dentro*, Reginaldo Miranda, com o *Aldeamento dos Acoroás*, João Renôr de Carvalho, com *Resistência Indígena no Piauí Colonial*, e o modesto orador, com *Memória dos Confins*. Todos retratam em detalhes os diferentes e trágicos momentos dessa resistência.

Dizia, linhas atrás, que a simbiose dos Castelos Brancos com o Piauí vem dos primórdios da colonização. De fato, mal completara vinte anos da concessão pioneira de terras no vale do Gurguéia, em 1676, já aqui aportava o fidalgo português dom Francisco da Cunha Castelo Branco. A essa época, os homens da Casa da Torre já haviam deslocado o eixo da conquista para os vales do Piauí e do Canindé, povoando com os seus gados as terras que obtiveram a partir de 1684. Aí, graças a excepcionais qualidades das pastagens nativas, os criatórios se multiplicaram vertiginosamente. A expressão econômica, que o novo pólo curraleiro adquiriu, geraria conseqüências político-administrativas consideráveis: daria ao brejo da Mocha, futura Oeiras, a primazia de sediar, em 1696, a nossa primeira paróquia – a de Nossa Senhora da Vitória – destinada a missionar as populações do Piauí, exceto aquelas espalhadas pelos distantes sertões de Parnaguá. Estas, “daquela espécie de nação gurguéia” de que nos fala o professor Fonseca Neto, ficariam subordinadas à paróquia de São Francisco da Barra do Rio Grande, na Bahia. Como se sabe, ambas recém-desmembradas da antiga paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó, de Pernambuco. Logo em 1712, Oeiras seria também sede da única comarca instalada no Piauí, e daí para frente, até 1852, quando cedeu o lugar a Teresina, abrigaria nosso centro governativo, na condição de vila pioneira e primeira capital.

Assim, na “pata do boi”, o Piauí começou pelo Gurguéia, tomou o rumo do Sudeste e depois do Centro-Norte e, contrariando José Américo de Almeida, para o qual ninguém se perde no caminho da volta, ainda não retomou o ponto inicial de sua longa caminhada.

Acentua com propriedade o professor Raimundo Santana que, “ocupados os vales dos rios sulinos, a onda povoadora espraiou-se até o Longá”.

Pois foi precisamente aí, nas campinas verdejantes do vale do rio Longá, que dom Francisco Castelo Branco fincou morada, em companhia das três filhas – Ana, Maria e Clara. Perdera a esposa, Maria Eugênia de Mesquita, em pavoroso naufrágio, quando

as ondas revoltas do Atlântico, no litoral maranhense, tragaram o barco em que viajavam.

Tocado pela miragem do boi, a partir daquela base, semeou fazendas e frutificou gerações em todo o Centro-Norte do Piauí.

Está claro que, ao optar definitivamente pelos sertões do Piauí, dom Francisco não pertenceu à categoria dos que “se limitaram a ver”. Ao contrário, ombreou-se àqueles destemidos desbravadores “que vieram, viram e ficaram, povoaram a terra e estabeleceram culturas, tiveram o sentimento de a eleger para domicílio e trouxeram os seus rebanhos”, na visão pragmática de Abdias Neves.

E aqui ficou para sempre, marcando a família com traços característicos indeléveis: o refinado gosto tanto pelas virtuosidades do espírito quanto pelas coisas das fazendas e currais. Assim, não é estranhável encontrar-se um Castelo Branco escrevendo um livro com um braço na tipóia, em razão de queda de cavalo.

Pois bem, esbanjando invejável talento e robusta cultura, o médico, professor e conselheiro Anfrísio Castelo Branco, décimo-primeiro neto do patriarca dom Francisco, reforça a veia literária da família, de que o Piauí tanto se orgulha, ao reconstituir aqueles primórdios. E cultivando a virtude de ser grande, competente, inteiro, em tudo que faz, produziu uma obra histórico-literária verdadeiramente monumental. Com 488 páginas, talvez seja o maior romance já publicado no Piauí. Para sua tessitura, convergiram o rigor da pesquisa histórica, o conhecimento multifacetado da cultura indígena, a familiaridade telúrica com o cotidiano das fazendas, a sensibilidade poética na descrição de paisagens e sentimentos, a abstração de preferências pessoais, a clareza do texto e a riqueza da linguagem. Navegou, ao mesmo tempo, não só pelos domínios da história, como também da geografia, da medicina, da sociologia, da linguística e da arte militar, daí resultando uma obra de leitura obrigatória de todos quantos desejem conhecer efetivamente nosso passado colonial.

Nela, o autor foge ao traço bem freqüente na literatura indigenista, em geral tisonada de pura ficção, e se louva em fatos reais da história do Piauí. Com efeito, o pano de fundo é a guerra sem quartel nem fronteiras, travada pelas nações indígenas contra a usurpação de suas terras pelo conquistador branco. Dela sobressai a figura épica do mais importante e conhecido herói da resistência indígena – o líder Mandu Ladino -, personagem-título da obra. Chamado respeitosamente de príncipe Mandu Ladino pelos netos de dom Francisco em processo de justificação que propuseram, em 1765, perante o juiz ordinário da vila de Santo Antônio de Campo Maior, o líder indígena

conseguiu um feito extraordinário. Superando ora eventuais, ora tradicionais divergências entre tribos, reuniu, sob seu comando, milhares de nativos do Centro-Norte do Piauí, Ceará e Maranhão. Eram os Aranís, Potis, Crateús, Alongazes. E, num levante geral que durou de 1712 a 1716, infligiu, inicialmente aos fazendeiros e, depois, à própria Coroa portuguesa, que se armara para combatê-los, seguidas e fragorosas derrotas, vitimando, inclusive, o comandante Antônio da Cunha Souto Maior. Foi o mais amplo, duradouro e violento levante de nossos silvícolas. Marcado por sangrentos confrontos, nos quais a superioridade branca em armas viu-se, muitas vezes, anulada pela destreza indígena no manejo de rudes lanças, arcos e flechas, teve características de uma autêntica guerra de guerrilhas.

No entanto, o sonho de libertação viria a desmoronar-se lá nas águas barrentas do delta do Parnaíba. Com o perecimento de Mandu Ladino, seus companheiros restaram trucidados sob o fogo cerrado das armas do novo mestre de campo, Bernardo de Carvalho e Aguiar, senhor da fazenda Bitorocara, onde nasceu a heróica cidade de Campo Maior, segundo o padre Cláudio Melo.

Interessante é o registro que o autor faz do nascer de outras importantes cidades piauienses, tais como Barras, São Miguel do Tapuio, Batalha, Piracuruca, cujas fazendas serviram de palco de muitos desses combates. Destaca-se em todas elas a presença de uma igreja, fruto por certo de uma contrita promessa diante do espantinho indígena. O autor confirma assim a assertiva de Dagoberto Carvalho Júnior, para quem “nenhuma cidade é portuguesamente brasileira se não nasceu em derredor de uma igreja.”

Outrossim, fiel à verdade histórica, não deixa o autor de ressaltar as profundas divergências que permeavam as missões dos colonizadores e dos missionários católicos. Renato Castelo Branco situa a questão no destino que cada qual julgava ser dado ao silvícola. Sustenta ele que, enquanto os colonizadores queriam “apoderar-se de seus corpos para o trabalho escravo”, os missionários queriam “apoderar-se de suas almas, para a glória de sua Fé.”

Por outro lado, aniquiladas as populações indígenas do Centro-Norte, a guerra de extermínio ganharia força no Sul do Piauí, prolongando-se até meados do século XIX. O governador João Pereira Caldas, ao nomear o capitão Manoel de Barros Rego para o comando das forças de Parnaguá, em 1763, expediu-lhe instruções taxativas: castigar as nações inimigas “a ferro e a fogo (...), atacando todas as povoações que encontrar (...) e reduzi-las a cinzas, depois de conquistadas.” Acoroás, Gurguéias, Gilbueses,

Paracatis, Timbiras, Pimenteiras, conseguiram sobreviver até ao balaio de maldades do tenente-coronel João do Rego Castelo Branco. E abandonando o aldeamento forçado da Missão de São Gonçalo do Amarante, berço da bela Regeneração do professor Paulo Nunes, homiziaram-se nas matas de Gilbués, Uruçuí e cabeceiras do Parnaíba, transformando-as no último, heróico e desesperado reduto da resistência. Disso dá conta o presidente Saraiva, em sua fala à Assembléia em 1851, quando pede “providências eficazes” para desalojá-los. Certamente as conseguiu, tanto que o barão de Paraim, então diretor geral dos índios do Piauí, atesta, em relatório de 1873, que não mais havia índios na Província, já que os poucos sobreviventes haviam sido escorraçados para as bandas do Tocantins. Uma curiosidade típica do Brasil: inexistiam índios a combater, mas a sinecura de diretor geral dos índios permanecia.

Desta forma, o Piauí contraiu uma inestimável dívida com o índio. Pois foi à custa de seu aniquilamento que se construiu a grandeza deste Estado. O boi, que provocou a desgraça de nosso índio, fez a fortuna do conquistador branco. O feroz embate entre os dois deu início à construção da história do Piauí. Daí a lição de Odilon Nunes segundo a qual “a primeira página de nossa história é a primeira página da história de nossa pecuária”, para concluir que “tudo emanava do curral”. A cultura do boi criou uma civilização – a civilização do couro – a que se reporta A. Tito Filho, quando diz que “o Piauí representa um museu de sociologia – o curraleiro e o gado – e da rês se aproveitava tudo, a carne, os ossos, o tutano, bofes, cascos, chifres.” E concluía: “Em tudo o bovino: na panela, no cornimboque, nas liteiras, no gibão, nos arreios, em vasilhames de viagem, nos calçados. Civilização do couro, assim que se dizia. A moeda nos velhos tempos era o boi vivo.”

O boi fez também a fortuna da Coroa portuguesa. Além das rendas proporcionadas pelas fazendas e rebanhos que Mafrense legara aos jesuítas e posteriormente incorporados ao patrimônio da Coroa, havia o dízimo de dez por cento sobre o gado. À época o Piauí apresentava superávit em suas contas. Por isso, o governador da Capitania, Elias José Guimarães de Carvalho, insistia, em 1821, para que a Coroa mandasse buscar cem contos de réis, “*para seguirem o destino que Sua Majestade for servido dar-lhes.*” Eram tempos de fartura nos campos de criar do Piauí, em cujas fazendas, na poesia telúrica de H. Dobal, *havia banhos de leite*. Eram os bons, remotos e memoráveis tempos das chamadas *vacas gordas*, quando não havia FMI, dívida pública e quejandos.

Finalizo, pedindo permissão para lembrar que Anfrísio está completando 36 anos de casado. E resolveu comemorar a felicidade de seu casamento, com a sua adorada

Nísia, de forma tão elegante quanto generosa: reunindo, nesta noite memorável, os numerosos parentes e amigos, para entregar *Mandu Ladino* ao Piauí. Diria que, em verdade, o casal comemora a bonança de sua união, mas quem está recebendo o melhor presente somos nós. E que presente! Eis aí um gesto de grandeza espiritual que nos envolve, cativa e emociona. A eles, portanto, por todos os motivos, as nossas felicitações e aplausos mais calorosos.

Teresina, fevereiro de 2006

Jesualdo Cavalcanti Barros